



APARECIDA DE GOIÂNIA-GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

AUXILIAR DE SECRETARIA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico-Matemático
- ▶ Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Município de Aparecida de Goiânia/GO
- ▶ Conhecimentos na Área de Atuação

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL DE ABERTURA N° 01/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.



Conteúdo
totalmente
alinhado ao edital



Teoria clara,
objetiva e sempre
atualizada



Questões
gabaritadas



Diferentes
práticas que
otimizam seus
estudos

Adquira agora o material completo.

www.editorasolucao.com.br

APARECIDA DE GOIÂNIA - GO

Auxiliar de Secretaria



SL-002OT-26
7901183010103

Língua Portuguesa

1. Características e funcionalidades de gêneros textuais variados; Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva e expositiva	7
2. Compreensão e interpretação de textos	11
3. Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica	15
4. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto	15
5. Mecanismos de coesão e coerência	23
6. Tipos de argumento	26
7. Classificação gramatical	28
8. Gramática normativa	37
9. Processo de formação de palavras	37
10. Fenômenos gramaticais básicos	42
11. Relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração	43
12. Concordância	47
13. Regência verbal e nominal	50
14. Pontuação	52
15. Acentuação	55
16. Ortografia oficial	56

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Resolução de problemas envolvendo raciocínio lógico, dedução, estruturas lógicas, argumentação, análise de proposições verdadeiras e falsas e diagramas lógicos; Lógica proposicional: proposições, conectivos lógicos, tabelas-verdade, equivalências lógicas simples e negação de proposições	65
2. Sequências e padrões: sequências lógicas e numéricas, progressões aritméticas simples e identificação de padrões lógicos e numéricos	82
3. Proporcionalidade e relações entre grandezas diretamente e inversamente proporcionais; Regra de três simples e composta	85
4. Porcentagem: aumentos, descontos e variações percentuais	87
5. Matemática financeira básica: juros simples, cálculo de capital, taxa, tempo e montante	89
6. Análise de dados: leitura e interpretação de tabelas, gráficos (barras, colunas e setores) e média aritmética simples	90

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Município de Aparecida de Goiânia/GO

1. Conflitos sociais, pobreza, fome e direitos humanos	99
2. Emergências de saúde, surtos e epidemias	102
3. Questões atuais do meio ambiente, desastres ambientais, mudanças climáticas e políticas ambientais	106
4. Arte, cultura e patrimônio na região centro-oeste brasileira	109
5. Formação histórico-territorial de Goiás e aparecida de Goiânia/GO	113

6. Política, economia e sociedade em Goiás: da colônia à república.....	116
7. Modernização da agricultura e urbanização do território de Goiás	119
8. Aspectos físicos do território Goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo	122
9. Natureza, cultura e turismo em Goiás	125
10. Aspectos histórico-geográficos de Aparecida de Goiânia/GO.....	129

Conhecimentos na Área de Atuação

1. Ética no serviço público e sigilo das informações institucionais	139
2. Constituição Federal de 1988: Arts. nº 205 a 214.....	143
3. Princípios, níveis e modalidades de ensino conforme diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.394/1996).....	146
4. Direito à educação, conforme Estatuto da Criança e do Adolescente	166
5. Atendimento em escolas (pais, alunos e comunidade)	167
6. Noções de apoio administrativo e técnico em secretaria escolar do município; fundamentos das rotinas de secretaria; organização e funcionamento de expedientes administrativos; organização de reuniões e conselhos de classe.....	171
7. Protocolo e tramitação de documentos e arquivologia: organização e conservação de documentos	175
8. Documentos escolares: histórico escolar, declarações, certificados e atas, diário de classe e registros acadêmicos	181
9. Lei de Acesso à Informação conforme Lei nº 12.527/2011	185
10. Lei Geral de Proteção de Dados conforme Lei nº 13.709/2018 aplicadas à rotina de secretaria e atendimento.....	192
11. Noções de redação oficial (Manual de Redação da Presidência da República, 3ª Edição – 2018.....	206
12. Manual de Redação do Governo do Estado de Goiás, 2026).....	219
13. Uso de ferramentas de informática na rotina administrativa	219
14. Lei Orgânica do Município de Aparecida de Goiânia-GO (Seção Única do Título VIII - Dos Servidores Públicos e Seção III do Capítulo I do Título VII - Da Educação).....	222

LÍNGUA PORTUGUESA

CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS; SEQUÊNCIAS TEXTUAIS: DESCRITIVA, NARRATIVA, ARGUMENTATIVA, INJUNTIVA E EXPOSITIVA

A classificação dos textos em tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão dos processos de produção e interpretação textual. Esses dois conceitos, apesar de relacionados, possuem diferenças importantes.

Os tipos textuais se referem à forma como o texto é estruturado, isto é, à sequência linguística predominante, como narração, descrição ou dissertação. Já os gêneros textuais estão ligados ao contexto social e às funções comunicativas dos textos, como carta, notícia ou crônica.

A distinção entre esses conceitos é importante não apenas para o entendimento teórico da língua, mas também para a prática de leitura e escrita. Saber identificar o tipo e o gênero de um texto ajuda o leitor a compreender melhor suas intenções, assim como auxilia o produtor textual a escolher a estrutura e o estilo mais apropriados para alcançar seu objetivo comunicativo.

Nos últimos anos, a crescente diversidade de práticas sociais e a evolução das formas de comunicação, especialmente com o avanço das tecnologias digitais, têm provocado mudanças na forma como os gêneros textuais são usados e entendidos.

TIPOS TEXTUAIS

Os tipos textuais referem-se à organização interna dos textos, ou seja, à maneira como a informação é estruturada linguisticamente. São estruturas formais que determinam como as ideias serão apresentadas, independentemente do contexto social ou do propósito comunicativo.

Existem cinco principais tipos textuais amplamente reconhecidos na linguística: narração, descrição, dissertação, exposição e injunção. Cada um desses tipos possui características próprias que guiam a produção e a interpretação dos textos.

► Narração

A narração é o tipo textual que conta uma história, relatando eventos ou ações em sequência. Nessa estrutura, os fatos são geralmente organizados em uma ordem cronológica, e há a presença de personagens, um ambiente (espaço) e um tempo definidos. O enredo, que é a sequência dos acontecimentos, é fundamental para a construção do texto narrativo. Um exemplo típico de texto narrativo é o conto, que apresenta um início, um desenvolvimento e um desfecho.

Ex.: contos, romances, crônicas, anedotas.

► Descrição

O texto descritivo busca retratar com detalhes as características de pessoas, objetos, lugares ou situações, criando uma imagem mental no leitor. Na descrição, o autor utiliza muitos adjetivos e informações sensoriais para detalhar aquilo que está sendo descrito, focando em suas particularidades e atributos. Esse tipo textual é frequentemente encontrado como parte de textos narrativos, mas também pode aparecer de forma autônoma.

Ex.: retratos, laudos técnicos, descrições de paisagens.

► Dissertação

A dissertação é um tipo textual argumentativo, no qual o autor expõe ideias, discute um tema e apresenta argumentos, com o objetivo de convencer ou informar o leitor. Esse tipo de texto costuma ser formal e estruturado, apresentando uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. No contexto educacional e acadêmico, os textos dissertativos são amplamente utilizados em ensaios, redações de vestibulares e concursos, e artigos científicos.

Ex.: redações argumentativas, ensaios, editoriais.

► Exposição

O texto expositivo tem como objetivo principal expor, explicar ou apresentar informações e conhecimentos de forma clara e objetiva. Esse tipo textual busca esclarecer fatos ou conceitos, sem a necessidade de persuadir o leitor ou envolver juízos de valor. É frequentemente utilizado em contextos didáticos e científicos para transmitir informações de maneira acessível.

Ex.: textos didáticos, relatórios, verbetes de enciclopédias.

► Injunção

O texto injuntivo (ou instrucional) tem como função principal orientar o leitor a realizar uma ação ou a seguir determinados procedimentos. São textos que fornecem instruções, ordens ou conselhos, utilizando verbos no imperativo ou no infinitivo para guiar o comportamento do leitor.

Ex.: manuais de instrução, receitas, regulamentos, bulas de remédios.

► Características dos Tipos Textuais

Cada tipo textual possui características próprias, que podem ser resumidas da seguinte forma:

- **Narração:** foco em ações e eventos em sequência (cronológica ou não); uso de verbos no passado; presença de personagens, tempo e espaço definidos;
- **Descrição:** foco em características e detalhes; uso de adjetivos; apelo aos sentidos (visão, audição, olfato, tato, paladar);

▪ **Dissertação:** foco na argumentação e no raciocínio lógico, estrutura rígida (introdução, desenvolvimento, conclusão), uso de conectores e verbos de opinião;

▪ **Exposição:** foco na explicação e na apresentação de informações; tom objetivo e neutro; uso de exemplos e definições;

▪ **Injunção:** foco em orientar o comportamento do leitor; uso de verbos no imperativo ou no infinitivo; clareza e precisão nas instruções.

▪ Combinação dos Tipos Textuais

É importante destacar que, embora os tipos textuais sejam categorias distintas, muitos textos apresentam uma combinação de mais de um tipo. Por exemplo, um romance, que é predominantemente narrativo, pode conter trechos descritivos para retratar o ambiente e os personagens, além de momentos dissertativos para discutir ideias ou reflexões dos personagens. Essa flexibilidade dos tipos textuais contribui para a riqueza e a variedade de textos que encontramos no dia a dia.

GÊNEROS TEXTUAIS

Os gêneros textuais são as diferentes formas de organização de um texto que surgem de acordo com as necessidades e convenções sociais. Eles são determinados pelo contexto de uso, pela intenção comunicativa e pelas práticas culturais de uma sociedade.

Diferentemente dos tipos textuais, que são formas mais rígidas e estruturais, os gêneros textuais são dinâmicos, adaptando-se às situações comunicativas e aos meios em que circulam, como o jornal, a internet, ou o ambiente acadêmico.

Os gêneros textuais são numerosos e variam conforme a evolução das formas de comunicação, mas podem ser organizados em diferentes categorias, dependendo de sua função social e das características formais que apresentam.

► Notícia

A notícia é um gênero textual do campo jornalístico, cujo objetivo é informar o público sobre fatos recentes ou de interesse social. Esse gênero é marcado pela objetividade e imparcialidade, apresentando os acontecimentos de forma direta e sem opiniões pessoais. A notícia costuma seguir a estrutura conhecida como pirâmide invertida, onde as informações mais importantes aparecem no início do texto, enquanto os detalhes são desenvolvidos ao longo do texto.

▪ **Estrutura:** título, lead (introdução com as informações principais), desenvolvimento e conclusão.

Ex.: notícias publicadas em jornais, portais de internet, telejornais.

▪ Carta

A carta é um gênero textual de comunicação escrita, utilizado para estabelecer contato entre interlocutores distantes no tempo ou no espaço. Dependendo do destinatário e do objetivo, a carta pode ser formal ou informal. No caso de uma carta formal, são utilizados vocabulário e expressões mais respeitosas, enquanto a carta informal permite uma linguagem mais coloquial e próxima.

▪ **Estrutura:** saudação, corpo do texto e despedida.

Ex.: cartas comerciais, cartas pessoais, e-mails.

► Artigo de Opinião

O artigo de opinião é um texto dissertativo-argumentativo que expressa o ponto de vista do autor sobre determinado tema, geralmente um assunto de relevância atual. O objetivo é convencer o leitor por meio de argumentos bem estruturados. Embora apresente opiniões pessoais, o artigo de opinião deve ser fundamentado com dados, exemplos e argumentos lógicos.

▪ **Estrutura:** título, introdução (apresentação do tema), desenvolvimento (argumentação) e conclusão (fechamento com uma posição clara).

Ex.: artigos publicados em jornais, revistas e portais de internet.

▪ Resenha

▪ A resenha é um gênero textual que visa analisar e avaliar uma obra cultural, como um livro, filme, peça de teatro, evento, entre outros. A resenha combina descrição e crítica, oferecendo um resumo da obra e, ao mesmo tempo, apresentando a opinião do autor da resenha sobre a qualidade e a relevância da obra em questão.

▪ **Estrutura:** identificação da obra (título, autor), resumo do conteúdo, análise crítica e conclusão.

Ex.: resenhas de livros, críticas de cinema, avaliações de produtos.

► Crônica

A crônica é um gênero textual que apresenta uma reflexão sobre situações cotidianas, frequentemente com um tom pessoal e subjetivo. Geralmente breve, a crônica pode ter um caráter humorístico, poético ou reflexivo, abordando temas simples, mas sempre com um olhar crítico ou irônico. É comum encontrarmos crônicas em jornais e revistas, onde são utilizadas para comentar pequenos acontecimentos do dia a dia.

▪ **Estrutura:** narrativa breve, com espaço para reflexões do autor sobre o tema abordado.

Ex.: crônicas jornalísticas, crônicas literárias.

► Relatório

O relatório é um gênero textual utilizado em contextos profissionais e acadêmicos para registrar, de maneira objetiva e detalhada, os resultados de uma investigação, experiência ou atividade. O relatório busca informar e documentar um processo, podendo incluir dados quantitativos e qualitativos, tabelas, gráficos e conclusões baseadas nas evidências apresentadas.

▪ **Estrutura:** introdução, desenvolvimento (metodologia, descrição dos dados) e conclusão.

Ex.: relatórios empresariais, relatórios de pesquisa, relatórios técnicos.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO RACIOCÍNIO LÓGICO, DEDUÇÃO, ESTRUTURAS LÓGICAS, ARGUMENTAÇÃO, ANÁLISE DE PROPOSIÇÕES VERDADEIRAS E FALSAS E DIAGRAMAS LÓGICOS; LÓGICA PROPOSICIONAL: PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS LÓGICOS, TABELAS-VERDADE, EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS SIMPLES E NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

LÓGICA PROPOSICIONAL

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”. Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	$\sim p$
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção ($p \wedge q$) é a seguinte:

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$	$p \vee q$
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

Note que quando tínhamos uma proposição, nossa tabela-verdade resultou em uma tabela com 2 linhas e quando tínhamos duas proposições nossa tabela era composta por 4 linhas.

A fórmula para o número de linhas se dá através de 2^n , onde n é o número de proposições.

AMOSTRA

Se tivéssemos a seguinte tabela-verdade:

p	q	r	$p \vee q \rightarrow r$
-----	-----	-----	--------------------------

Mesmo sem preenchê-la, podemos afirmar que ela terá 2^3 linhas, ou seja, 8 linhas.

Mais um exemplo:

p	q	$p \rightarrow q$	$\sim p$	$\sim q$	$\sim q \rightarrow \sim p$
V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	V	F
F	V	V	V	F	V
F	F	V	V	V	V

Note que o resultado de $p \rightarrow q$ é igual a $\sim q \rightarrow \sim p$ (V-F-F-V). Quando isso acontece, diremos que as proposições compostas são logicamente *equivalentes* (iguais).

Outro exemplo de como a tabela-verdade pode nos ajudar a resolver certas proposições mais complicadas: Quero saber os resultados para a proposição composta $(p \wedge q) \rightarrow p \vee q$. O que vamos fazer primeiro é montar a tabela-verdade para $p \wedge q$ e $p \vee q$.

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$
V	V	V	V
V	F	F	V
F	V	F	V
F	F	F	F

Agora que sabemos como nossos elementos se comportam, vamos relacionar com $p \rightarrow q$:

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Desta forma, sabemos que a implicação que relaciona V com V resulta em V, e V com F resulta em F, e assim por diante. Podemos então agora montar nossa tabela completa com todas estas informações:

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$	$p \rightarrow q$	$(p \wedge q) \rightarrow p \vee q$
V	V	V	V	V	V
V	F	F	V	F	V
F	V	F	V	V	V
F	F	F	F	V	V

O processo pode parecer trabalhoso, mas a prática faz com que seja rápida a montagem destas tabelas, chegando rapidamente na análise da questão e com seu resultado prontamente obtido.

Geralmente, não é simples construir uma tabela-verdade, algumas relações podem facilitar as análises. Uma delas são as *Leis de De Morgan*, que negam algumas relações. São elas:

- **1ª lei de Morgan:** $\sim(p \wedge q) = (\sim p) \vee (\sim q)$
- **2ª lei de Morgan:** $\sim(p \vee q) = (\sim p) \wedge (\sim q)$

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA/GO

CONFLITOS SOCIAIS, POBREZA, FOME E DIREITOS HUMANOS

FUNDAMENTOS DOS CONFLITOS SOCIAIS E DA POBREZA

► Conflito social como categoria analítica

Um conflito social surge sempre que grupos distintos disputam acesso a recursos escassos, reconhecimento simbólico ou posições de poder dentro de uma estrutura compartilhada. Diferentemente de uma simples divergência de opinião, o conflito social pressupõe a existência de interesses materiais ou simbólicos contrapostos, sustentados por grupos organizados ou minimamente identificáveis enquanto coletividade. A disputa pela terra, a tensão entre populações urbanas e o poder público em torno de remoções, os embates por moradia digna e os confrontos entre trabalhadores informais e órgãos de fiscalização municipal são exemplos de situações em que a oposição de interesses se manifesta de forma concreta e recorrente no espaço urbano e rural brasileiro.

Tipologia dos conflitos

Os conflitos sociais podem ser classificados segundo diferentes critérios. Quanto à natureza do objeto disputado, distinguem-se conflitos distributivos, centrados na partilha de bens materiais como renda, terra ou moradia, e conflitos de reconhecimento, voltados à afirmação de identidades culturais, étnicas ou de gênero historicamente desvalorizadas. Quanto à escala, há conflitos localizados, restritos a um bairro ou comunidade específica, e conflitos estruturais, que atravessam regiões inteiras e refletem desigualdades herdadas de processos históricos de ocupação territorial. Quanto à forma de expressão, alguns conflitos permanecem latentes, sem manifestação pública organizada, enquanto outros se tornam manifestos por meio de mobilizações, ocupações ou demandas judiciais.

► Pobreza: conceitos e formas de mensuração

A pobreza não se reduz à ausência de renda monetária suficiente, embora essa dimensão continue central para boa parte das políticas públicas. A abordagem da pobreza absoluta define uma linha mínima de renda ou de consumo abaixo da qual uma pessoa é considerada incapaz de satisfazer necessidades básicas de alimentação, moradia e vestuário. Já a pobreza relativa compara a situação de um indivíduo ou família à distribuição de renda da sociedade em que vive, considerando pobre quem se encontra significativamente abaixo da média ou da mediana de bem-estar do seu entorno social. Uma terceira abordagem, consolidada nas últimas décadas, é a da pobreza multidimensional, que reconhece que privações em saúde, educação, saneamento básico e acesso a serviços públicos podem coexistir ou não com a insuficiência de renda, exigindo instrumentos de medição mais amplos do que o simples cálculo de rendimentos.

Vulnerabilidade social e exclusão

A vulnerabilidade social descreve a exposição de indivíduos e famílias a riscos que comprometem sua capacidade de sustentar condições mínimas de vida, mesmo quando não se encontram, em determinado momento, abaixo da linha de pobreza. Fatores como instabilidade no emprego, ausência de proteção previdenciária, moradia em áreas de risco geológico ou hidrológico e fragilidade de vínculos familiares e comunitários ampliam essa condição. A exclusão social, por sua vez, refere-se ao afastamento progressivo de grupos inteiros do acesso a direitos, serviços e espaços de participação política, configurando um processo cumulativo que tende a se reproduzir entre gerações quando não é interrompido por políticas públicas consistentes.

A tabela apresentada abaixo sintetiza as diferenças entre as principais abordagens conceituais de pobreza, apresentando o critério central de cada uma e sua aplicação prática mais comum nas políticas de proteção social.

Abordagem	Critério central	Aplicação típica
Pobreza absoluta	Linha fixa de renda ou consumo mínimo	Definição de benefícios de transferência de renda
Pobreza relativa	Comparação com a distribuição de renda da sociedade	Estudos de desigualdade e coesão social
Pobreza multidimensional	Privações simultâneas em múltiplas dimensões de bem-estar	Formulação de políticas intersetoriais

A leitura comparativa da tabela evidencia que nenhuma das três abordagens, isoladamente, oferece um retrato completo da realidade social. A pobreza absoluta permite identificar com objetividade quem está abaixo de um patamar mínimo de sobrevivência, mas pode subestimar situações de privação relativa em contextos de alta desigualdade. A pobreza relativa, por sua vez, é sensível às variações da distribuição de renda de cada território, podendo classificar como pobre alguém que, em outro contexto, não seria considerado em situação de carência extrema. Já a abordagem multidimensional, ao incorporar indicadores de saúde, educação e infraestrutura, aproxima-se mais da experiência concreta de privação vivida pelas famílias, sendo por isso cada vez mais utilizada no desenho de políticas públicas voltadas à proteção social e ao desenvolvimento territorial.

FOME E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

► O conceito de segurança alimentar e nutricional

A segurança alimentar e nutricional define-se como a condição em que todas as pessoas têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, e tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural. Esse conceito, consolidado no ordenamento jurídico brasileiro por meio da legislação orgânica de segurança alimentar, articula três dimensões indissociáveis: a disponibilidade de alimentos, relacionada à produção e ao abastecimento; o acesso, vinculado à renda e às condições econômicas das famílias; e a utilização biológica dos alimentos, associada às condições de saúde, saneamento e cuidado que permitem o aproveitamento adequado dos nutrientes ingeridos.

Níveis de insegurança alimentar

A mensuração da insegurança alimentar no Brasil é realizada por meio de uma escala que classifica os domicílios em diferentes graus de privação. A insegurança alimentar leve caracteriza-se pela preocupação com a possibilidade de falta de alimentos no futuro próximo ou por alguma restrição na qualidade da dieta, sem redução efetiva da quantidade consumida. A insegurança alimentar moderada já envolve redução quantitativa de alimentos entre os adultos do domicílio. A insegurança alimentar grave representa o estágio mais crítico, em que a fome propriamente dita se manifesta, atingindo inclusive crianças e adolescentes do núcleo familiar, com privação efetiva de alimentos por falta de recursos.

► Políticas públicas de combate à fome

O enfrentamento da insegurança alimentar no Brasil estrutura-se por meio de um conjunto articulado de políticas públicas que combinam transferência de renda, apoio à produção agrícola familiar e fortalecimento de equipamentos públicos de alimentação. Programas de aquisição de alimentos junto à agricultura familiar, com destinação a redes socioassistenciais e à alimentação escolar, cumprem dupla função: garantem mercado institucional estável para pequenos produtores e asseguram o fornecimento de alimentos saudáveis a populações em situação de vulnerabilidade. A alimentação escolar, por sua vez, constitui um dos pilares mais consolidados dessa política, ao assegurar que crianças e adolescentes matriculados na rede pública tenham acesso diário a refeições balanceadas, contribuindo tanto para a segurança alimentar imediata quanto para a formação de hábitos alimentares saudáveis ao longo da vida.

Participação social e controle institucional

A política de segurança alimentar e nutricional brasileira caracteriza-se pela existência de espaços formais de participação social, nos quais representantes da sociedade civil e do poder público discutem, monitoram e propõem ajustes nas ações de combate à fome. Esses conselhos atuam em âmbito nacional, estadual e municipal, permitindo que particularidades regionais sejam incorporadas ao desenho das políticas. Em contextos municipais, a articulação entre assistência social, saúde e educação é especialmente relevante, pois a insegurança alimentar raramente se apresenta isolada de outras formas de vulnerabilidade, exigindo respostas intersetoriais que conectem diferentes políticas públicas em torno da mesma família.

Antes de avançar, cabe situar comparativamente os quatro níveis que compõem a escala de insegurança alimentar utilizada no país, destacando o critério que diferencia cada estágio e sua principal consequência para o núcleo familiar atingido.

CONHECIMENTOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO E SIGILO DAS INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

FUNDAMENTOS DA ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

► Ética e moral no exercício da função pública

Distinções conceituais entre ética e moral

A moral corresponde ao conjunto de valores, hábitos e convicções que um indivíduo internaliza ao longo da vida, formado por influências familiares, religiosas, culturais e sociais. Trata-se de um repertório pessoal, variável de pessoa para pessoa, que orienta escolhas na esfera privada sem exigir uma justificativa racional sistematizada. A ética, por sua vez, constitui uma reflexão estruturada e argumentativa sobre a conduta correta, aplicada de maneira específica ao desempenho de uma função ou profissão. No âmbito do serviço público, essa diferença ganha relevância prática: o agente não está autorizado a pautar suas decisões exclusivamente por convicções morais pessoais, por mais legítimas que sejam no plano privado, pois sua atuação deve obedecer a parâmetros éticos objetivos, aplicáveis de modo uniforme a todos os cidadãos atendidos. Assim, a ética funciona como um código comum que neutraliza a variabilidade das morais individuais dos próprios agentes, garantindo que o tratamento dispensado à população não dependa de preferências ou crenças pessoais de quem ocupa o cargo, mas de critérios impessoais e previsíveis, reconhecíveis por qualquer cidadão que recorra ao serviço.

A ética como fundamento de legitimidade da atuação institucional

A legitimidade de uma instituição pública não decorre apenas da observância formal da lei, mas também da confiança que a população deposita em sua atuação cotidiana. Um agente pode cumprir rigorosamente os limites legais de sua competência e, ainda assim, comprometer a legitimidade da instituição ao agir de modo indiferente, arbitrário ou desrespeitoso. Por isso, a dimensão ética complementa a dimensão legal, preenchendo espaços que a norma escrita não consegue antecipar com exatidão: a lei estabelece o que é permitido e o que é proibido em termos gerais, enquanto a ética orienta a maneira como essas margens de decisão devem ser exercidas na prática concreta. Em instituições educacionais municipais, essa complementaridade é especialmente sensível, pois o agente lida diretamente com famílias, crianças e adolescentes em situações que exigem discernimento, paciência e sensibilidade, elementos que nenhuma norma consegue detalhar exaustivamente.

A reputação de uma escola e da rede municipal como um todo depende, em grande medida, da forma ética como cada servidor conduz suas atribuições diárias.

► Princípios constitucionais da administração pública e sua dimensão ética

Legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa

O princípio da legalidade determina que o agente público só pode agir dentro dos limites expressamente autorizados pela norma, invertendo a lógica aplicável aos particulares, para quem tudo que não é proibido é permitido. Essa vinculação estrita busca evitar o exercício arbitrário do poder e submete toda a atuação institucional a parâmetros previamente definidos. O princípio da impessoalidade, por sua vez, exige que o agente trate todos os administrados de forma equânime, sem privilegiar ou prejudicar alguém por razões pessoais, políticas ou afetivas, e também impõe que os atos praticados sejam imputados à instituição, e não à pessoa física que os pratica. Já a moralidade administrativa transcende a mera legalidade formal, exigindo que a conduta do agente seja proba, honesta e compatível com os padrões éticos esperados de quem exerce função pública, de modo que um ato pode ser formalmente legal e, ainda assim, configurar violação à moralidade se revelar desonestidade, deslealdade ou desvio de finalidade.

Publicidade e eficiência como vetores de controle social

A publicidade assegura que os atos da administração sejam, como regra, transparentes e acessíveis ao conhecimento público, permitindo que a sociedade exerça controle sobre a atuação institucional e fiscalize o uso de recursos e a tomada de decisões. Esse princípio não é absoluto, pois convive com situações excepcionais de sigilo, tratadas adiante, mas constitui a regra geral de funcionamento da administração. A eficiência, incorporada mais recentemente ao rol de princípios constitucionais, exige que a atuação administrativa produza resultados satisfatórios com o melhor aproveitamento possível dos recursos disponíveis, evitando desperdício de tempo, dinheiro e esforço humano. Juntos, publicidade e eficiência funcionam como vetores de controle social: a primeira fornece à sociedade os elementos informativos necessários para avaliar a atuação pública, enquanto a segunda estabelece o padrão de qualidade que essa atuação deve perseguir. A tabela apresentada abaixo sistematiza os cinco princípios constitucionais explícitos da administração pública, relacionando cada um ao seu reflexo ético mais direto e a um exemplo de violação na rotina de uma instituição escolar.

Princípio	Significado central	Reflexo ético	Exemplo de violação
Legalidade	Atuação restrita ao que a norma autoriza	Respeito aos limites da função, sem extrapolação arbitrária	Exigir documento não previsto em norma para liberar matrícula
Impessoalidade	Tratamento igualitário, sem favorecimentos	Neutralidade diante de interesses pessoais ou políticos	Priorizar atendimento de conhecidos em detrimento da ordem de chegada
Moralidade	Conduta proba e honesta além da legalidade formal	Integridade mesmo quando a lei não detalha a situação	Usar informação funcional para obter vantagem pessoal
Publicidade	Transparência dos atos administrativos	Prestação de contas à comunidade escolar	Ocultar critérios de distribuição de vagas sem justificativa
Eficiência	Melhor resultado com uso racional de recursos	Compromisso com a qualidade do serviço prestado	Atrasar sistematicamente a emissão de documentos sem causa razoável

A leitura conjunta dos cinco princípios revela que eles não operam de forma isolada, mas se reforçam mutuamente: a impessoalidade só é verificável quando há publicidade suficiente para que a sociedade compare o tratamento dado a diferentes situações, e a eficiência perde sentido se não estiver subordinada à legalidade e à moralidade, sob pena de legitimar atalhos que comprometam direitos. Em uma secretaria escolar municipal, a observância simultânea desses princípios manifesta-se em gestos aparentemente simples, como seguir critérios objetivos e públicos para organização de filas de atendimento, documentar as razões de decisões que afetam famílias e manter prazos uniformes para toda a comunidade escolar, independentemente de quem solicita o serviço.

DEVERES ÉTICOS DO AGENTE PÚBLICO E VEDAÇÕES DE CONDUTA

► Deveres funcionais no exercício da função pública

Probidade e zelo no desempenho das atribuições

A probidade administrativa traduz-se na exigência de que o agente público exerça suas atribuições com honestidade, lealdade institucional e ausência de qualquer intenção de auferir vantagem indevida, para si ou para terceiros, em razão do cargo que ocupa. Trata-se de um dever que ultrapassa a simples abstenção de condutas criminosas, abrangendo também posturas sutis, como a omissão deliberada diante de irregularidades percebidas no ambiente de trabalho ou a utilização de informações obtidas em razão do cargo para fins alheios ao interesse público. O zelo, por sua vez, impõe que o agente dedique atenção cuidadosa à execução de suas tarefas, evitando descuidos que possam prejudicar terceiros ou comprometer o funcionamento do serviço. Em uma instituição educacional, o zelo manifesta-se na conferência cuidadosa de documentos antes de sua emissão, na atenção redobrada ao lidar com registros de crianças e adolescentes e na responsabilidade com que se tratam informações sensíveis sobre o desempenho e a vida escolar dos estudantes.

Urbanidade e dedicação no trato com o público

A urbanidade exige cortesia, respeito e paciência no relacionamento com colegas de trabalho e, sobretudo, com o público atendido, reconhecendo que cada pessoa que procura a instituição pode estar em situação de fragilidade, pressa ou desconhecimento dos trâmites administrativos. Um atendimento ríspido ou impaciente, mesmo que não configure ilegalidade formal, compromete a percepção de qualidade do serviço público e pode afastar famílias de buscar orientações necessárias. A dedicação complementa esse dever, exigindo empenho genuíno na resolução das demandas apresentadas, em vez de condutas meramente protocolares que transferem o problema ao solicitante sem buscar efetivamente resolvê-lo. Esses dois deveres, embora pareçam de natureza mais comportamental do que jurídica, integram o núcleo ético da função pública, pois moldam diretamente a experiência concreta vivida pelos cidadãos ao interagir com a administração, sendo frequentemente o critério mais perceptível pelo qual a comunidade escolar avalia a qualidade da gestão municipal.

► Vedações de conduta e situações de conflito de interesse

Nepotismo e favorecimento pessoal

O nepotismo consiste na nomeação, contratação ou favorecimento de parentes, cônjuges ou companheiros para cargos ou funções públicas sem observância de critérios técnicos e impessoais de seleção, configurando violação direta aos princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa. Essa vedação não se limita à nomeação formal para cargos, estendendo-se a práticas mais sutis, como o direcionamento de benefícios, vantagens ou tratamento diferenciado a familiares de agentes públicos dentro da própria instituição. Em contextos escolares, essa vedação ganha contornos específicos quando se trata, por exemplo, de evitar que um agente avalie, processe documentos ou tome decisões administrativas relativas a parentes próprios, situação que deve ser encaminhada a outro responsável para preservar a imparcialidade do processo.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!